

A EDUCAÇÃO PÚBLICA EM MINAS GERAIS NA NOVA REPÚBLICA – PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS EM BUSCA DE NOVOS PARADIGMAS – UMA ANÁLISE.

Renata Queiroz de Magalhães^{*}
Isabel Cristine Melo Oliveira Fischer^{**}
Ms. Maria Marta do Couto Pereira^{***}

Resumo: O presente trabalho apresenta uma análise dos programas/projetos educacionais instalados em Minas Gerais na Nova República, buscando identificar a base dessas propostas e reunir informações de profissionais ligados à educação pública em instituições escolares de Patos de Minas que indiquem a contribuição destas para a educação¹.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Nova República. Minas Gerais.

Abstract: The present paper brings an analysis of the educational programs/ projects installed in Minas Gerais in the New Republic. It aims at identifying the basis of these proposals and reuniting information of professionals that work in the public education in Patos de Minas community. These pieces of information can indicate the contribution of the proposals installed in the New Republic for education.

Key-words: Educational politics. New Republic. Minas Gerais.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação mineira, como a educação brasileira de um modo geral, tem sido marcada pela busca de melhorias em seus diversos aspectos, uma vez que a

* Graduanda do 4º ano do curso de Pedagogia – diurno/2003 e bolsista do III PIBIC.

** Graduanda do 4º ano do curso de Pedagogia – diurno/2003 e bolsista do III PIBIC.

*** Professora de Avaliação educacional e de mediação didática no UNIPAM e orientadora da pesquisa.

¹ A conclusão dessa pesquisa remete-nos à saudosa lembrança do Prof. Sérgio Celani Leite, cuja iniciativa oportunizou-nos o desenvolvimento do referido tema.

qualidade do sistema educacional é reflexo dos investimentos e ações propostas na área.

Tal busca conduz a reflexões acerca das efetivas contribuições que as políticas educacionais mineiras têm dado ao seu ensino público, já que as diversas propostas lançadas pela Secretaria de Estado da Educação, especialmente após o regime totalitário, que imperou no país por duas décadas, vêm demonstrando objetivar a retomada de uma educação de qualidade. Assim, com o advento da Nova República no início da década de 80, a luta por uma sociedade democrática estendeu-se para as questões educacionais, mobilizando diversos segmentos sociais em busca da reconstrução do processo escolar contra os resquícios deixados pelo governo autoritário no Brasil. Era o momento de promover mudanças significativas na educação e, nessa perspectiva, Minas Gerais promoveu o I Congresso Mineiro de Educação.

O Congresso Mineiro de Educação tinha respaldo na proposta de governo apresentada pelo candidato Tancredo Neves na campanha eleitoral de 1982, principalmente no que dizia respeito à participação: “a busca de soluções para os problemas da educação em Minas Gerais é tarefa coletiva, que a todos convoca – profissionais do magistério, entidades de classe, parlamentares, a comunidade em geral”. (Cunha, 1991, pp. 166-167).

Após o Congresso, iniciaram-se as ações para o combate aos principais problemas educacionais levantados, entre os quais, a repetência e os altos índices de analfabetismo.

Nesse sentido, foram criados e instalados vários programas/projetos pedagógicos desde os governos estaduais da década de 80 até os dias atuais, na tentativa de concretizar idéias que transformassem a sociedade mineira. Diante dessa realidade, a problematização sobre a questão da quantidade e diversidade de “estilos educacionais” lançados pela SEE se faz necessária.

O presente trabalho constituiu-se de uma pesquisa bibliográfica que visou a fundamentar o referido assunto e de uma pesquisa de campo realizada com profissionais da educação que vivenciaram e/ou receberam influências de programas/projetos educacionais no período abordado por este estudo.

Convém ressaltar que o intuito inicial deste trabalho englobava uma amplitude maior, pelo fato de compreender inúmeras questões referentes à

educação mineira na Nova República. No entanto, após o levantamento de programas/projetos lançados pela SEE nesse período, constatou-se a existência de cerca de 60 propostas, as quais certamente constituem uma parcela das inúmeras iniciativas dos governos estaduais em busca da construção de uma educação pública de qualidade no decorrer das últimas décadas.

Portanto, devido à complexidade da temática, tornou-se necessária a delimitação na abordagem da mesma, o que levou à análise de algumas das propostas devidamente contextualizadas por seus respectivos governos estaduais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O período da ditadura militar no Brasil (1964-1984) influenciou a educação brasileira através da imposição do modelo pedagógico e administrativo escolar de caráter autoritário, social e culturalmente excludentes. Segundo Germano (1994),

o que está presente na proposta oficial é uma visão utilitarista, imediatamente interessada na educação escolar, sob forte inspiração da “teoria do capital humano”. Trata-se de uma tentativa de estabelecer uma relação direta entre sistema educacional e sistema ocupacional, de subordinar a educação à produção. (p. 174).

Em todo o país, a condução da educação no período do regime militar deixava transparecer que a proposta da busca pela equidade social se distanciava cada vez mais das ações que foram se concretizando nesse cenário. Nesse sentido, as estruturas educacionais públicas foram dirigidas à consecução dos interesses do referido regime, cuja principal intenção era a de construir o “Brasil-potência” e a base para isso seria o desenvolvimento do capitalismo no país. O resultado dessas prioridades políticas acabou por prejudicar os investimentos destinados aos programas sociais e, particularmente, à educação. Essa situação caracterizou todo o período militar, fazendo com que a escola perdesse sua verdadeira identidade, caracterizando-se como um local de inculcação ideológica.

No início dos anos 80, o Brasil encontrava-se imerso numa crise econômica que continuou contribuindo para a decadência da qualidade da educação em todo o país. Nesse cenário de crise, a miséria social se alastrou e, segundo dados

registrados pelo MEC (apud Germano, 1994), em 1985 existiam “20 milhões de analfabetos no país – ¼ da população com idade igual ou superior a 15 anos –, cerca de 8 milhões de crianças em idade escolar jamais tiveram acesso à escola ou dela se afastaram precocemente (...)”. Assim, a situação no campo educacional brasileiro reunia uma série de problemas que iam desde as precárias condições estruturais dos prédios escolares e à falta de mobiliários até a desvalorização do magistério.

O Estado de Minas Gerais iniciou inovações ao levar em consideração as reivindicações feitas pela sociedade civil na tarefa coletiva de renovação pedagógica da educação no Estado, a partir do governo de Tancredo Neves e com a nomeação do professor Octávio Elísio Alves Brito, como Secretário Estadual da Educação.

Como uma das primeiras ações do governo, em 1983, ocorreu a realização do I Congresso Mineiro de Educação, a partir do qual a Superintendência Educacional organizou as “Diretrizes para a Política de Educação de Minas Gerais”, base para o “Plano Mineiro de Educação – 1984/87”. A participação de membros da sociedade juntamente com profissionais da educação foi de suma importância na realização desse Congresso, pois, a partir dele, foi proposto o resgate da especificidade da escola, o deslocamento do ponto de vista dos problemas educacionais e o abandono do modelo autoritário adotado pelos governos militares.

No período de 1983 a 1984, Tancredo Neves² ocupou a cargo de governador de Minas Gerais, sendo que logo após ser eleito para a Presidência da

² O político mineiro Tancredo de Almeida Neves formou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais em 1932 e iniciou sua carreira política no ano seguinte como vereador em sua cidade natal de São João Del Rei. No ano de 1945 elegeu-se deputado estadual e em 1950, deputado federal. No governo de Getúlio Vargas foi nomeado ministro da justiça, renunciando ao cargo em 1953 no dia da morte do então presidente. Apoiando a candidatura vitoriosa de Juscelino Kubitschek, governador mineiro à presidência da República, Tancredo desempenhou durante o período de 1956 a 1961 o papel de conselheiro presidencial em assuntos políticos e econômicos, assumindo o cargo de presidente do Banco do Brasil e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE). Após esse período, com a renúncia de Jânio Quadros ainda em 1961, Tancredo Neves foi nomeado o primeiro-ministro do regime parlamentarista, instaurado no país em 08/09/1961 perdurando até 12/07/1962, ano em que o mesmo elegeu-se deputado federal novamente. Porém, em 1964 com o Movimento Militar, Tancredo Neves passou para a oposição filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no qual elegeu-se para a Câmara nos anos de 1966, 1970 e 1974, e para o Senado em 1978. Adotando sempre uma postura moderada, Tancredo influenciou diretamente o processo de abertura política iniciado com a fim do regime militar, período em que ele juntamente com outros colegas, fundou o Partido Popular (PP), que posteriormente fundiu-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido pelo qual elegeu-se em 1983, governador de Minas Gerais. Participando do movimento favorável ao estabelecimento das eleições diretas para a presidência da República, e conseqüentemente da emenda Dante de Oliveira derrotada no dia 25 de abril de 1984, Tancredo Neves concorreu e elegeu-se em 1985, Presidente da República pelo Colégio Eleitoral tendo como vice José Sarney. No entanto, o mesmo não chegou a empossar o cargo, pois no dia 14 de março de 1985 foi internado no

República foi substituído pelo político Hélio Garcia³ que assumiu seu primeiro mandato de governador, de 1984 a 1987.

Nesse momento, as propostas educacionais objetivaram combater o clientelismo e o analfabetismo, uma vez que essas questões fizeram parte das ações educacionais mais urgentes. A criação do sistema de “Ciclos Básicos de Alfabetização” (CBA) para atender alunos da faixa etária de 7 a 14 anos e o “Movimento de Alfabetização de Adultos”, em 1985, foram iniciativas importantes, pois, em 1984, o Estado apresentava cerca de 2 milhões de analfabetos. A “Programação 85/87” também apresentou programas como o de “Renovação da Prática Educativa”, o “Projeto de Implementação da Ação Colegiada para a Renovação da Prática Educativa”, o “Projeto Apoio à Ação Colegiada” e o “Programa de Apoio às Ações Educativas”.

Segundo Mello (s/d, p. 6), “no início dos anos de 1980, os princípios orientadores da política educacional eram os da participação e democratização das instituições de ensino”. Contudo, mesmo com todas essas propostas, a própria SEE reconhecia que as condições educacionais do Estado eram precárias e, por isso, a posição do governo em relação aos objetivos de suas propostas e as reais condições de atendimento das escolas era bastante consciente, no sentido de reconhecer a incapacidade de absorção nas escolas públicas da população escolarizável das quatro últimas séries do ensino de 1º grau. Em 1987, os programas de assistência ao educando – como o de “Alimentação Escolar” – faziam parte da programação do Estado.

No governo de Newton Cardoso⁴, de 1987 a 1990, pode-se destacar o “Programa Estadual de Municipalização de Ensino”, cujo objetivo foi melhorar o

Hospital Base de Brasília e posteriormente transferido para o Instituto do Coração em São Paulo, onde veio a falecer em 21 de abril do mesmo ano.

³ Hélio de Carvalho Garcia exerceu as atribuições de advogado, fazendeiro e empresário. Filiou-se aos partidos como UDN, ARENA, PP, PMDB e PRS, elegendo-se deputado estadual, deputado federal, prefeito de Belo Horizonte e governador do Estado de Minas Gerais por dois mandatos. O primeiro pelo PMDB de 14/08/1984 a 15/03/1987 e o segundo pelo PRS (Partido das Reformas Sociais, do qual ele foi um dos fundadores) de 15/03/1991 a 01/01/1995, período em que teve como vice-governador o advogado mineiro Arlindo Porto Neto.

⁴ Newton Cardoso formou-se em Direito, Administração Pública e Sociologia Política pela UFMG. Como político tem sua trajetória marcada por sua participação na fundação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1964, por suas eleições: 1972, prefeito de Contagem; 1978, deputado federal por Minas Gerais; 1986, governador de Minas Gerais; por suas reeleições: 1995, deputado federal por Minas Gerais; 1996, prefeito de Contagem. Em 1998 foi eleito vice-governador de Minas Gerais na chapa de Itamar Franco.

desempenho administrativo da educação através da política de descentralização, a fim de aumentar a cooperação entre Estado e Municípios.

Porém, na visão de Rocha (2002), o mandato de Newton Cardoso,

apesar de ser do mesmo partido do anterior, apresenta características bastante diversas. Não se adota mais a proposta de participação popular na gestão das políticas sociais. Especificamente, a administração participativa das escolas estaduais é abandonada e os Colegiados são desativados. (...) O discurso governamental, vago, sustenta o apoio “aos mais pobres”. (...) Enfim, a política de Newton Cardoso representa a negação das políticas implementadas no governo anterior. Caracteriza-se pela extrema centralização decisória e utilização clientelista dos recursos públicos e pela confrontação dos setores organizados da sociedade. (pp. 7-9)

É possível perceber que as mudanças ocorridas na transição dos governos estaduais influenciaram no bom funcionamento dos seguimentos educacionais, pois, à medida que há a desorganização do setor público, as áreas ligadas ao mesmo também são afetadas.

Já no segundo mandato de Hélio Garcia, de 1991 a 1994, foram criados programas/projetos como o “Projeto Minha Gente”, que buscou desenvolver ações de educação, saúde, assistência e promoção social para crianças e adolescente carentes. Outra proposta desse período referiu-se à concessão de bolsa de estudos aos alunos de baixa renda através do “Programa Estadual de Bolsa de Estudos”. Tal programa confirmou que as estruturas da rede pública de ensino em Minas Gerais (Ensino Fundamental e Médio) continuavam impossibilitadas para o atendimento de sua população escolarizável. O aspecto da avaliação da qualidade do ensino foi observado com a instituição do “Programa de Avaliação Educacional da Escola Pública de MG”, que, em 1992, visou a introduzir e a estimular a avaliação sistemática dos resultados da aprendizagem dos alunos nos conteúdos básicos e comuns, procurando, assim, prestar contas dos serviços prestados pelo ensino público mineiro. Ainda em 1992, foi criado o “PROMAM”, Programa de Iniciação ao trabalho para adolescentes em situações de risco pessoal e social, de 14 a 18 anos de ambos os sexos, de modo a proporcionar-lhes uma formação profissional.

Em 1993, a instituição do “Programa de Gerência da Qualidade Total no Sistema Estadual de Educação de MG” teve como objetivo “proporcionar aos

diversos setores do Sistema Estadual de Educação conhecimentos sobre a Metodologia Gerencial da Qualidade Total em Educação” (Informativo Mai, n.º 212, ago. 1993). Nessa perspectiva, as condições do magistério também foram discutidas e, em 1993, foi implantado o “Projeto CHAMA” – Curso de Habilitação para o Magistério das quatro primeiras séries do ensino fundamental, a fim de atender professores não titulados e em exercício nas redes públicas, estadual e municipal. Essa habilitação em nível de 2º grau teve como metodologia o ensino à distância e também presencial.

Essas iniciativas visaram a contornar o quadro desorganizado e ineficiente deixado pelo governo anterior, do qual foram herdados altos índices de repetência e evasão escolar, o que fez surgir a necessidade de estratégias para a mudança da situação encontrada, através do estabelecimento das seguintes prioridades:

autonomia da escola, nos aspectos financeiro, administrativo e pedagógico; fortalecimento da direção da escola através do fortalecimento do poder de decisão da diretora e do Colegiado; implementação de programas de aperfeiçoamento e capacitação, com o treinamento de professores, especialistas e funcionários; avaliação do Sistema Estadual de Educação, prevista pela Constituição; e integração das redes estadual e municipal. (Rocha, 2002, p. 9)

Apesar de serem instituídas no governo de Hélio Garcia, essas prioridades foram percebidas na gestão do governador Eduardo Azeredo⁵, de 1995 a 1998, quando “se agilizou o plano de execução do ProQualidade, com o vultoso contrato financeiro com o Banco Mundial, do qual se originaram os principais programas formativos desenvolvidos no Estado nessa época: o PROCAP e o PROCAD”. (Marques, 2002, p. 173)

Entre os objetivos do “Projeto Qualidade na Educação Básica”, estavam o fornecimento às escolas estaduais de condições para sua autonomia tanto pedagógica quanto administrativa e financeira, além de promover melhorias na qualidade do ensino e diminuir a repetência nas quatro séries iniciais do ensino

⁵ Eduardo Brandão de Azeredo formou-se em Engenharia Mecânica pela PUC/MG, com Extensão em Engenharia Econômica na Fundação Dom Cabral. Em 1995, elegeu-se Governador do Estado de Minas Gerais, tendo como Vice-governador Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto. Filiado ao PSDB, Azeredo tentou reeleger-se em 1999, porém foi derrotado pelo então candidato, o ex-presidente, Itamar Franco.

fundamental. Em 1998, outras propostas podem ser destacadas como a instituição do “Projeto Acertando o Passo” (de aceleração de estudos para alunos do 2º Ciclo fora da faixa etária); o “Programa Nacional de Informática Educativa” nas escolas públicas de MG; o “Projeto Travessia” (de aceleração de estudos para alunos de 1º Ciclo do ensino fundamental – noturno - fora da faixa etária) em escolas da rede estadual de Belo Horizonte; a instituição do “Projeto Ensino Médio Itinerante” em regime de cooperação educacional entre Estado e Municípios.

E finalmente, o governo de Itamar Franco⁶, o qual tomou posse como governador de Minas Gerais em de janeiro de 1999, adotando nesse período uma política de confronto com o Governo Federal e tendo como vice o ex-governador Newton Cardoso. Diante do atribulado contexto político e social da época, o governo estadual visou a adotar uma política educacional que resgatasse a qualidade e a eficiência do ensino, bem como a premissa de valorização do magistério. Dentro de tal realidade, houve a proposta da Escola Sagarana, que tinha como principal objetivo articular os programas/projetos da SEE e de outros setores governamentais, a fim de viabilizar as estratégias, diretrizes e metas da política educacional mineira. Para tanto, buscou-se

implementar e desenvolver a política de educação de qualidade para todos os mineiros, contribuir para a formação do cidadão do próximo milênio com educação integral voltada para o exercício da cidadania e o desenvolvimento pessoal, profissional do cidadão, da comunidade, do estado e da nação”. (SEE/MG, ago.2001, p. 13)

Dessa feita, a referida proposta, ainda que recente, envolveu Programas Estratégicos e Permanentes⁷ que visaram a transformar a escola pública num lugar

⁶ Itamar Augusto Cautiero Franco formou-se em Engenharia e Eletrotécnica pela Escola de Engenharia de Juiz de Fora em 1945 e elegeu-se prefeito, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1966 e 1972. Opositor ao militarismo, Itamar Franco concorreu a uma cadeira no Senado, sendo eleito pelo Estado de Minas Gerais nos anos de 1974 e 1982. Em 1989 concorreu a vice-presidente na chapa campeã de Fernando Collor de Mello, cargo que ocupou em dezembro de 1992 após o processo de “impeachment” e conseqüente renúncia de Collor.

⁷ Programa de: Modernização Tecnológica; de Modernização, Administração e Valorização do Pessoal da Educação; Sistema de Avaliação da Escola Pública (SIMAVE); Programa de Avaliação da Educação Básica; Projeto Veredas – Formação Superior de Professores; Programa Bolsa Escola no Estado de Minas Gerais; Programa Agenda da Paz; Programa de Democratização da Gestão Escolar; Programa Travessia para o Futuro; Programa de Educação Infantil; Programa de Fortalecimento do Ensino Fundamental; Programa Estadual do Ensino Médio; Programa de Educação Profissional; Programa de Educação Especial; Programa de Educação de Jovens e Adultos; Programa de Educação Indígena; Programa de Atenção integral à Criança e ao Adolescente – Educação; Programa de Educação à Distância; Programa de Avaliação do Desempenho; Programa de Capacitação de Recursos Humanos; Programa de Valorização do Magistério; Programa de Capacitação de

de formação do ser humano, considerando a necessidade de trabalho de valores como a solidariedade, justiça e liberdade na sociedade atual.

3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A presente pesquisa foi realizada através da aplicação de questionários direcionados a profissionais da educação, que atuam ou que já atuaram na educação pública mineira, na cidade de Patos de Minas.

O questionário buscou levantar os dados referentes à atuação, ao tempo de atuação e às funções exercidas pelos profissionais participantes da pesquisa. Assim, observou-se que atualmente 100% dos profissionais da educação trabalham na área da educação, nas seguintes funções: 55% atuam como professor, 18% como orientador, 18% como diretor e 9% como supervisor; sendo que 50% trabalham em Instituições Estaduais, 30% em Municipais, 10% em Estaduais e Municipais e 10% em Fundação Educacional de Ensino Superior. Em relação ao tempo de atuação desses profissionais na educação escolar em anos, os dados obtidos revelaram que 40% atuam há mais de 25 anos, 30% atuam de 20 a 16 anos e 30% de 10 a 6 anos, sendo que o período de atuação compreende os anos de 1963 a 2003.

Os profissionais da educação foram questionados também sobre aspectos relacionados à implantação de programas/projetos educacionais em Minas Gerais, visando assim à obtenção de informações sobre quais as propostas mais contribuíram para a melhoria do ensino público mineiro.

A primeira questão feita aos profissionais da educação foi: “Após o período militar, mais especificamente a partir de 1985, até os dias atuais, a Secretaria de Estado da Educação vem lançando programas/projetos educacionais visando á qualidade do ensino em Minas Gerais. Quais programas, que na sua concepção, foram os que mais contribuíram para a melhoria da qualidade do ensino público mineiro?”.

Dirigentes; Programa de Capacitação de Professores; Programa de Formação Continuada de Professores; Programa de Educação Inclusiva; Programa de Apoio às Inovações Educacionais; Programa de Informática na Educação; Programa de Equipamento e Expansão da Rede Escolar; Programa do Livro Didático; Programa de Alimentação e Nutrição Escolar; Programa Dinheiro na Caixa da Escola; Programa Estadual de Cidadania no Meio Rural; Projeto de Educação Afetivo Sexual; Projeto Lições de Minas.

Das respostas obtidas, observou-se que 44% dos profissionais da educação citaram programas/projetos de capacitação de professores e processos de ensino/aprendizagem como o PROCAP, o Acertando o Passo e a Implantação do Sistema de Ciclos como sendo os que mais contribuíram para a melhoria da qualidade do ensino público mineiro. Entretanto, os outros 56% citaram os seguintes programas/projetos: SIMAVE, PROCAD, SIAPE, PAIE, Chama, PRÓ-CIÊNCIAS, PCNS em Ação, PRODEC, Colegiado, PRÓMÉDIO, TV Escola, Afetivo Sexual, Livro Didático, A Caminho da Cidadania, Bolsa Escola, Democratização da Gestão Escolar, Logos II, Avaliação do Desempenho e Veredas.

Como a relação de programas/projetos constituiu-se de várias propostas, serão comentadas apenas as três mais citadas, sendo que a relacionada à questão dos Ciclos será abordada mais adiante na terceira questão.

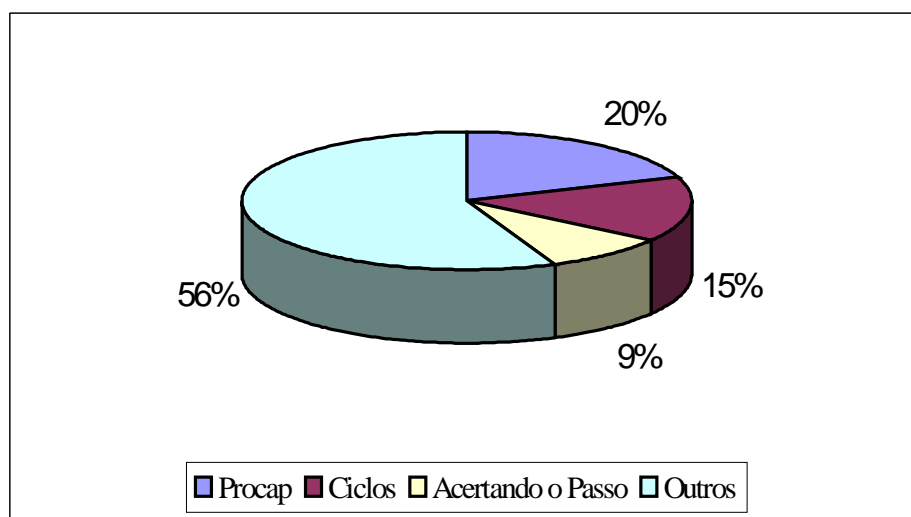


GRÁFICO 1: Programas/projetos que mais contribuíram para a melhoria da qualidade do ensino público mineiro – Patos de Minas – 2003

Um dos programas mais citados, o PROCAP - Programa de Capacitação de Professores das séries iniciais do Ensino Fundamental -, dividiu-se em 2 etapas, sendo que na primeira, em 1998, ainda no governo de Eduardo Azeredo, visou-se a capacitação dos professores nos conteúdos de Português e Matemática. Já a segunda etapa do PROCAP foi implementada em 2001, na gestão Itamar Franco e visou á capacitação nos conteúdos de Geografia, História, Ciências e Fundamentos da Educação. De modo geral, o PROCAP, na fase Escola Sagarana, buscou combater a repetência e a evasão escolar, bem como contribuir para a melhoria da

qualidade do ensino através do aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da educação, tendo como meta capacitar e habilitar os professores da rede pública de ensino em conteúdos específicos e transversais, introduzindo e diversificando o uso de tecnologias e práticas pedagógicas inovadoras. Dessa forma, o referido programa capacitou cerca de 105.200 professores e especialistas em exercício da rede pública de educação.

Quanto ao “Projeto Acertando o Passo”, pode-se salientar que o mesmo foi implantado em 1998 pela Resolução n.º 8.287, constituindo-se uma estratégia pedagógica de aceleração de estudos voltada para a conclusão do Ensino Fundamental dos alunos do 2º ciclo (noturno) fora da faixa etária.

Diante dessas respostas, percebe-se a importância atribuída aos programas/projetos de capacitação de professores e de aceleração de estudos pelos diversos profissionais que constituem a área educacional.

O reflexo da implantação das propostas acima citadas pôde ser observado na segunda questão: “Em que aspectos os programas referidos acima influenciaram no bom funcionamento da escola?”.

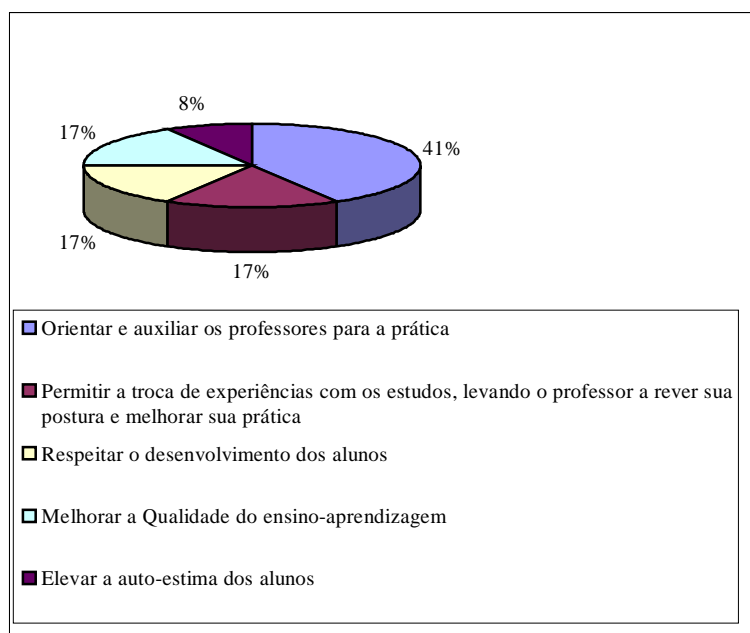


GRÁFICO 2: Aspectos apontados como influenciadores no bom funcionamento da escola / Patos de Minas-2003

As respostas dos profissionais da educação indicaram também aspectos relacionados à formação e capacitação de professores e à melhoria no processo de ensino-aprendizagem, estando assim representados: 41% apontaram que tais

propostas serviram para orientar e auxiliar os professores para a prática pedagógica; 17% que permitiram a troca de experiências entre os professores, levando-os a rever sua postura e a melhorar sua prática; 17% disseram que foram para melhorar a qualidade do processo de ensino aprendizagem e 8% que os programas/ projetos contribuíram para elevar a auto-estima dos alunos.

Com a análise dessas respostas, verifica-se que os programas/projetos são vistos de formas diferentes pelos profissionais da educação e essa visão tende a estar relacionada à função de cada um deles dentro da escola.

Por esse motivo, a terceira questão foi a seguinte: “Durante sua militância na Educação Escolar, relate algum acontecimento marcante que tenha ocorrido num período de transição de governos e que tenha influenciado a escola em que você trabalha (ou trabalhava). Foram impactos positivos ou negativos para a Educação Escolar? Justifique.”

Dos profissionais que responderam ao questionário, apenas um não respondeu a essa questão, sendo que os demais citaram aspectos que justificam mais as dificuldades ou as melhorias que alguns programas/projetos trouxeram para a educação. Dos dados obtidos, verificou-se que 50% consideraram os programas/projetos com impactos positivos e os outros 50% consideraram os impactos como negativos.

Entre os que consideraram os impactos positivos, observamos que 40% citaram a Implantação do Sistema de Ciclos, sendo as seguintes respostas obtidas: 20% consideraram que a Implantação do Ciclo Básico de Alfabetização apresentou a continuidade da aprendizagem do aluno; 20% alegaram que o Ciclo substituiu a cultura da reprovação e repetência pelo desenvolvimento da aprendizagem e ritmo do aluno; 20% disseram que atualmente os projetos são aproveitados pelo governo seguinte e 20% consideraram como impacto positivo a implantação de Encontros Educacionais Municipais.

Já dos profissionais que consideraram os impactos como negativos, observou-se que 60% citaram o Ciclo, sendo que 20% citaram que os métodos de ensino são impostos sem os devidos esclarecimentos; 20% que a mudança de Série para Ciclo não aconteceu da forma adequada porque não preparou o professor; 20% que a Implantação do Ciclo no município considerou apenas a idade dos alunos para a formação das turmas e confundiu progressão continuada com promoção

automática; 20% que os projetos são mudados sem consultar os professores e 20% disseram que, apesar das capacitações, treinamentos e projetos não houve melhoras quanto ao analfabetismo.

Frente a esses resultados, pode-se destacar que a questão do Ciclo é um tema muito polêmico que divide opiniões dos profissionais da educação quanto as suas vantagens e desvantagens.

No início da década de 80, entre as propostas que visaram a diminuir os índices de analfabetismo em Minas Gerais e que estavam contidas na Programação 85/87, (que se desdobrou no “Programa de Alfabetização na faixa etária de 7 a 14 anos”), incluiu projetos como o de “Iniciação Escolar” e o “Projeto de Implementação do Ciclo Básico de Alfabetização”. Este último pretendia, inicialmente, estender o período de alfabetização para 2 anos, nos quais fosse mantido para a turma de alunos o mesmo professor. A meta era a diminuição da repetência na 1ª série, que, na maioria das vezes, encontrava-se congestionada e a proposta estendia-se à rede municipal de ensino, assim como às escolas rurais, caso desejassem adotá-lo.

Como forma de acompanhar o andamento de tal projeto, em 1992, a Resolução n.º 6.909 trazia como objeto de experiência do “Programa de Avaliação Educacional da Escola Pública de Minas Gerais” o rendimento do aluno do Ciclo Básico de Alfabetização, a fim de conhecer o desempenho deste na 3ª série nos aspectos cognitivos em Português, Matemática e Ciências. Esse programa de avaliação foi de extrema relevância para o aperfeiçoamento do processo, pois visava a identificar os pontos críticos e a obter dados que permitissem o planejamento de ações futuras.

O Sistema de Ciclos, num primeiro momento, visou atender à 1ª e 2ª séries do 1º grau, que atualmente é denominado Ensino Fundamental, passando a englobar, em 1997, a 3ª série através da Resolução 7.915/96. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96 também propõe a organização do sistema de ensino em ciclos no conjunto das disposições gerais da educação básica, no artigo 23, o qual estabelece que a mesma deverá organizar-se de acordo com o interesse do processo de aprendizagem, tendo como possibilidades as “séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em certos critérios, ou por forma diversa de organização (...)”. (MEC,1996, p.32)

A Resolução n.º 8086/97 instituiu esse novo sistema na rede estadual de ensino fundamental, o qual passa a ser organizado em dois ciclos de formação (1º a 4º e 5º a 8º), em conformidade com o artigo 32 da LDB 9394/96, e substitui o sistema seriado, ampliando o Ciclo Básico de Alfabetização (CBA), que antes era constituído da 1º e 2º séries. Na gestão Itamar Franco, prevalece o hibridismo entre o sistema seriado e o sistema de Ciclos. (MARQUES, 2002, p. 170)

Em conformidade com o exposto, Prado (2003, p. 42) afirma que “a promulgação da lei serve como incentivo para a adoção do sistema em diversas redes”. Hoje, o Sistema de Ciclos é adotado pela maioria das escolas públicas devido a sua proposta de assegurar a aprendizagem do aluno num tempo maior e, ainda, adequando-o ao desenvolvimento de conhecimentos e habilidades em progressão continuada, procurando respeitar seu ritmo e suas necessidades particulares. Soares (apud Prado, 2003, p. 42) aborda a questão, enfatizando que

toda inovação enfrenta dificuldades no processo de implantação. (...)Daí vem o risco de acreditar que o regime de ciclos não funciona e que é preciso dar um passo atrás. Só que o avanço só se faz incorporando os acertos, sem retomar os erros do passado, como a repetência.

Dessa forma, nota-se que mesmo que as respostas obtidas indiquem que 60% dos profissionais consideraram o Sistema de Ciclos como sendo um dos impactos negativos para a educação pública, as discussões sobre a temática são constantes, assim como as iniciativas da Secretaria de Estado da Educação, que vem demonstrando um significativo interesse em proporcionar aos professores programas de capacitação que permitam uma prática pedagógica eficiente e de qualidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo educacional adotado no período que compreendeu o regime militar brasileiro foi direcionado para legitimar os projetos inspirados na doutrina da Segurança Nacional. No entanto, com a queda do referido regime, bem como da mudança do cenário internacional, a década de 80 foi marcada pela democratização da educação, sendo o Estado de Minas Gerais um dos pioneiros nas discussões e implementações das reformas, nas relações internas e na gestão da educação, na

ampliação de vagas nas escolas públicas e na busca por uma melhor qualidade do ensino, desde a Nova República.

Com o levantamento de dados referentes aos programas e projetos educacionais propostos no período que sucedeu o regime militar, nota-se que a descontinuidade das ações políticas estaduais contribuiu para o lançamento de diversas ações pela SEE em diferentes momentos, como tentativas de garantir condições favoráveis à educação.

Dentro do contexto escolar, essas propostas influenciaram a dinâmica do ensino público mineiro, produzindo impactos que dividem a opinião dos profissionais da área educacional devido à arbitrariedade com que algumas propostas foram lançadas. Percebe-se ainda que diversos programas/projetos foram considerados, na visão das pessoas diretamente ligadas à educação, relevantes por contribuírem com a formação e capacitação dos professores e para a reestruturação da organização do ensino público.

Convém ressaltar que muitas dessas propostas são parte da história recente da educação mineira e que as mesmas, dentro do contexto brasileiro, representam avanços significativos para o processo educativo, cujas mudanças seguem o paradigma de uma educação de qualidade, mas que dependem das reflexões daqueles que fazem parte do processo e de ações direcionadas para uma prática efetivamente democrática, capaz de vislumbrar as reais necessidades do sistema educacional, contribuindo para a formação do aluno cidadão e para o aprimoramento dos profissionais da educação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M. L. A. História da Educação. São Paulo: Moderna, 1989.

BIOGRAFIA DE TANCREDO NEVES. Disponível em: www.descubraminasa.com.br

BRASIL (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.394/96. De 20/12/96.

BRASIL. INFORMATIVOS MAI. : Fev., n.º 110/1985; Mar., n.º 135/1987; Jan., n.º 157/1989; Maio, n.º 161/1989; Jan., n.º 192/1992; Set./Out., n.º 201/202, 1992; Nov./Dez., n.º 203/204, 1992; Fev., n.º 206/ 1993; Ago., n.º 212, 1993; Nov./Dez., n.º 239/240, 1995; Fev., n.º 266, 1998; Ago., n.º 272, 1998; Out., n.º 274, 1998 e Mar., n.º 279, 1999.

BUFFA, E., ARROYO, M. e NOSELLA, P. Educação e Cidadania: quem educa o cidadão. São Paulo: Cortez, 1996.

CHIZZOTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

- CUNHA, L. A. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo: Cortez, 1991.
- GADOTTI, M. Escola Cidadã. São Paulo: Cortez, 1994.
- GERMANO, J. W. Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985). São Paulo: Cortez, 1994.
- HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, PERÍODO DE ABERTURA POLÍTICA (1986-2001). Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb11.htm> Acesso em: 02/11/2002.
- MARQUES, M. R. A. Políticas públicas escolares nos programas de formação docente. In: CICCILINI, G. A. e NOGUEIRA, S.V. (orgs) Educação escolar: saberes e práticas pedagógicas. Uberlândia: EDUFU, 2002.
- MELLO, G.N. Estado de Minas Gerais: em busca de um novo padrão de gestão educacional. Disponível em: www.redeensinar.com.br/guiomar/pdf/escritos/outros/mg-ecl.pdf
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Escola Sagarana, 2001.
- MINAS GERAIS. Tempo Escolar: hora de refletir, planejar e construir a Escola Sagarana. Minas Gerais: Assessoria de Comunicação Social da Secretaria da Educação, 1999. (COLEÇÃO LIÇÕES DE MINAS, vol. III).
- PRADO, R. A qualidade em xeque. In: Revista Nova Escola., mar. 2003. Ed. Abril.
- ROCHA, C.V. Anatomia de uma reforma: descentralização da educação pública de Minas Gerais e mudança institucional. Disponível em: www.cienciapolitica.org.br/encontro/estplo1.4.doc. Acesso em: 15/03/2003.
- RODRIGUES, N. Por uma nova escola: o transitório e o permanente em educação. São Paulo: Cortez, 1985.
- SAVIANI, D. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura de vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 1998. (Coleção Polêmicas de Nosso Tempo).
- TEIXEIRA, F. M. P. Brasil – História e Sociedade. São Paulo: Ática, 2000.